

A INCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA, SOB A ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE, EM ESPECIAL DO ENFERMEIRO.

Autor (1)Stella Alyny de Aquino Costa; Co-autor (1) Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson

Co-autor (2) Ana Tânia Lopes Sampaio;

Centro Universitário Facex (UNIFACEX), stella_alyny@yahoo.com.br

Centro Universitário Facex (UNIFACEX),,isacristas@yahoo.com.br

Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN), anatsampaio@hotmail.com

Resumo: A educação inclusiva refere-se a atender aos alunos sem distinção, oportunizando uma educação voltada a todos, de modo a identificar as necessidades, independente se eles apresentam ou não deficiências, incapacidades ou demandas por adaptações curriculares, para que possa alcançar tanto o aprendizado, quanto seu desenvolvimento como cidadão. Os profissionais da saúde conjuntamente com os professores formam uma equipe multiprofissional que representam como mediadores importantes no processo de inclusão social, estando em destaque à equipe de saúde como interlocutores junto às famílias. A educação inclusiva é necessário romper paradigmas, a fim de elucidar um novo modelo de educação implicado na diversidade e na aproximação dos alunos, família e escola, haja vista que, para garantir uma educação efetivamente inclusiva, em um ambiente escolar não-restritivo, é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar, assim como efetiva participação da comunidade no planejamento de ações e programas voltados à temática inclusão. Constatou que o processo de inclusão consiste em um desafio que está ligado a demanda de projetos e ações interdisciplinares e intersetorializadas, tendo em vista que é uma cadeia de cuidados e a troca de saberes entre os profissionais que atuam em cada segmento dessa cadeia, saúde e educação. A atuação do enfermeiro na atenção às pessoas com deficiência requer uma assistência holística, compete a esse profissional buscar sempre estar aperfeiçoando e aprimorando seus conhecimentos, competências e habilidades, na busca de estratégias de enfrentamento que possam auxiliar conjuntamente os educadores e a escola no desenvolvimento da educação inclusiva.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Educação de Crianças; Educação em Saúde.

Introdução

A educação inclusiva refere-se a atender aos alunos sem distinção, oportunizando uma educação voltada a todos, de modo a identificar as necessidades, independente se eles apresentam ou não deficiências, incapacidades ou demandas por adaptações curriculares, para que possa alcançar tanto o aprendizado, quanto seu desenvolvimento como cidadão (FARO, A. C. M.; GUSMAI L. de F. 2013).

É no final da década de 70 que surge o termo educação inclusiva, fortaleceu-se a partir de 1980, ganha imponderação no início da década de 90, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e com a Declaração de Salamanca Princípios, Política e Prática em Educação Especial, proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais (SANCHES, A. C. G.; OLIVEIRA, M. A. F. de. 2011; FARO, A. C. M.; GUSMAI L. de F. 2013).

Esse documento de 1994 reafirma o compromisso da Educação para “Todos” e identifica a necessidade de prover educação dentro do sistema regular de ensino a pessoas com necessidades educacionais especiais. Garantindo a educação preferencialmente aqueles sujeitos que, mesmo em uma sociedade democrática, ainda não usufruíam as condições plenas de seus direitos em razão das suas limitações física, mental, emocional e intelectual (FARO, A. C. M.; GUSMAI L. de F. 2013; MARIUSSI, M. I.; GISI, M. L.; EYNG, A. M. 2016).

Apenas no ano de 1996, surge no Brasil à perspectiva da educação inclusiva, através de uma lei exclusiva para a Educação, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, além de garantir o acesso e a permanência do aluno com necessidades especiais no ensino regular, inclui que o Estado tem o dever de prover tanto o acesso à permanência e à conclusão do curso por esses alunos, preferencialmente no ensino público regular (FARO, A. C. M.; GUSMAI L. de F. 2013).

A educação inclusiva, de acordo com Brasil, 2015, é definida em modalidades de atendimento em educação especial: as escolas e classes especiais; o atendimento domiciliar, em classe hospitalar e em sala de recursos; o ensino itinerante, as oficinas pedagógicas; a estimulação essencial e as classes comuns, como também mantendo uma estrutura paralela e substitutiva da educação especial, o acesso de estudantes com deficiência ao ensino regular é condicionado.

Somado a isso, como uma estratégia de articular a educação e a saúde em 2007 o ministério da saúde institui o programa saúde na escola, voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral. Esse programa tem como objetivo contribuir para a formação integral, por meio de ações de promoção da

saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com enfoque ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

Outrossim, seguindo a perspectiva de inclusão o ministério da saúde após a reforma sanitária, reformula em 2011 o seu modelo de atenção psicossocial, tendo como principal objetivo a mudança do modelo de tratamento, presando o convívio com a família e a reinserção do portador de transtornos mentais a comunidade.

Apesar de o processo de lutas para a garantia de direitos a uma educação inclusiva tenha se iniciado há alguns anos, mesmo com os avanços nas legislações e programas educacionais e de saúde, ainda se vivenciam barreiras devido à complexidade que a questão apresenta. A educação inclusiva deve-se ir além dos muros das escolas, criando a cultura de direito e diálogos que valorize o outro, de compreensão das diferenças como desafio à garantia do direito à educação plena.

Assim, os profissionais da saúde conjuntamente com os professores formam uma equipe multiprofissional que representam como mediadores importantes no processo de inclusão social. Estando em destaque a equipe de saúde como interlocutores junto às famílias, por elas procurados em função dos quadros, das limitações e/ou dificuldades do aluno, o que os tem feito ocupar uma importante posição na abordagem e no encaminhamento das crianças com necessidades especiais. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo analisar a inclusão social e escolar de crianças com necessidades especiais, sob a óptica dos profissionais de saúde, em especial da enfermagem.

Metodologia

Trata de uma revisão bibliográfica de literatura a qual permite a síntese de conhecimentos e a incorporação dos resultados da investigação sobre determinado tema de uma forma sistemática e ordenada, a partir da obtenção de documentos que possibilitaram a avaliação da disponibilidade de material que subsidiou o tema do trabalho de pesquisa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A busca dos estudos foi realizada no período de Maio a Agosto de 2016, empregando os descritores controlados “Educação Inclusivo”, “Educação de Crianças” e “Educação em Saúde”. Foram utilizados artigos científicos indexados nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), além dos manuais do Ministério da Saúde e Educação.



No que diz respeito à seleção dos artigos foram adotados os seguintes critérios de inclusão: textos disponíveis na íntegra e gratuitamente; publicados no idioma português entre os anos de 2011 e 2016 e que tivessem relação com a temática de estudo. Do processo de busca obteve-se um total de 50 artigos, os quais tiveram seus títulos e resumos lidos, a fim de identificar a temática abordada, após este processo, foram selecionados 10 para discussão dos resultados.

Resultados e Discussão

O processo de inclusão educacional consiste em um desafio que não está atrelado apenas à educação/escolar, pois demanda de projetos e ações interdisciplinares e intersetorializadas, tendo em vista que esse processo não se sustenta apenas nas ações do professor em sala de aula, mas de uma cadeia de cuidados e a troca de saberes entre os profissionais que atuam em cada segmento dessa cadeia (CÁRNIO, M. S.; et. al. 2012).

No que tange a área da saúde, o desenvolvimento de ações integradas, empreendido na Estratégia de Saúde da Família, com a participação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, tem reverberado na promoção e na proteção da saúde, evidenciando a eficiência do trabalho em equipe multiprofissional por uma visão inter e transdisciplinar de trabalho.

De forma que, o profissional oferece apoio de sua especialidade para outros profissionais, equipes e setores, passo esse importante para efetivação da atenção integral à saúde da criança, contribuindo para o reconhecimento do direito universal ao atendimento das necessidades de saúde e educação.

Além da implementação de espaços coletivos de diálogo entre profissionais da educação e da saúde para a construção de redes de apoio socioeducativo, estratégia inclusiva e promotora de saúde. Esse modelo aproximam os profissionais da área da saúde e educação, frequentemente realizando função clínica ou de reabilitação na escola, na detecção de problemas, interligando uma rede de apoio socioeducativo, consequentemente melhora as formas de respostas às necessidades de saúde e de educação da criança.

Somado a isso, as propostas das ações de saúde no Programa Saúde na Escola compõem o componente de avaliação clínica e psicossocial das condições de saúde dos escolares, visa à promoção da saúde, identificação de sinais de alertas que podem indicar agravos à saúde e à articulação das redes de saúde e de educação, visando o desenvolvimento integral do educando. Essa avaliação é um instrumento importante para o cuidado e a identificação precoce de possíveis sinais de agravos à saúde (BRASIL, 2009).



A mesma favorece os vínculos entre familiares e educandos, entre os familiares e os profissionais de saúde e educação, entre os profissionais de saúde e educação e os educandos e entre os próprios educandos, conseqüentemente ampliando sua capacidade de compreensão e intervenção sobre aspectos relacionados à promoção da saúde mental e prevenção de doenças e agravos.

Nesse sentido, o enfermeiro é profissional da saúde que tem como parte primordial do seu processo de trabalho intervir em caráter interdisciplinar para promover, proteger, recuperar a saúde e prestar assistência de qualidade aos clientes, supervisionar as práticas desenvolvidas pela equipe de enfermagem e atuar na educação em saúde (ALVES, T. de J. L.; PIRES, M. N. de A.; SERVO, M. L. S. 2013).

No que se refere o atendimento às pessoas com limitações físicas, psíquicas e emocionais, o enfermeiro é um profissional importante, pois possibilita a articulação entre a educação e saúde, orientando à família e os educadores sobre os cuidados às pessoas com necessidades educacionais especiais na realização de acompanhamento, estimulação precoce, no desenvolvimento da autonomia e do autocuidado, além de como lidar com situações de ideias pré-concebidas e pré-conceituadas o que legitima sua exclusão (ALVES, T. de J. L.; PIRES, M. N. de A.; SERVO, M. L. S. 2013).

Nesse interim, os professores consideram o apoio da equipe de saúde de caráter fundamental frente à atuação com crianças com deficiências, pois os mesmos muitas vezes consideram-se despreparado para a inclusão, tendo em vista que muitos não aprenderam as praticas educacionais essenciais à promoção da inclusão (SILVA, C. C. B. da; MOLEIRO, E. S. da S.; ROMAN, M. D. 2016).

Ademais com a educação inclusiva, é necessário romper paradigmas, a fim de elucidar um novo modelo de educação implicado na diversidade e na aproximação dos alunos, família e escola, haja vista que, para garantir uma educação efetivamente inclusiva, em um ambiente escolar não-restritivo, é necessário o envolvimento de todos os membros da equipe escolar, assim como efetiva participação da comunidade no planejamento de ações e programas voltados à temática inclusão (SANCHES, A. C. G.; OLIVEIRA, M. A. F. de O. 2011; SILVA, C. C. B. da; MOLEIRO, E. S. da S.; ROMAN, M. D. 2016).

Vale ressaltar que são os professores apresentam funções essenciais na estrutura e no funcionamento do sistema educacional e suas opiniões podem fornecer subsídios relevantes para a compreensão de como tem ocorrido o processo de inclusão, em um âmbito que está além das legislações, o cotidiano escolar (ALVES, T. de J. L.; PIRES, M. N. de A.; SERVO, M. L. S. 2013).



Além disso, a ação multiprofissional na escolar respalda o professor sobre as condições clínicas dos estudantes atendidos, os progressos, as dificuldades, o desenvolvimento socioemocional, psicomotor, visando adequação de métodos, materiais e conteúdos no campo pedagógico (SILVA, C. C. B. da; MOLEIRO, E. S. da S.; ROMAN, M. D. 2016). Como também, os educadores veem nos profissionais de saúde uma possibilidade de se certificarem do que está sendo feito junto ao aluno em sala de aula, depositando neles a expectativa de amparo e aval em relação a sua prática.

Para Silva, Moleiro e Roman (2016) a postura assumida pelos professores estar relacionada com a falta de preparo, suporte na formulação de adaptações no atendimento ao aluno com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, principalmente metodológicas, curriculares e nos processos de avaliação pedagógica, fato que fortalece a crença de que o profissional da área da saúde teria as respostas para efetivação e sucesso do processo de inclusão.

Atrelado a isso Faro e Gusmai (2013) enfatizam em seu estudo, que além das barreiras pedagógicas, as pessoas com necessidades especiais enfrentam as barreiras arquitetônicas e ressaltam a importância sobre as adaptações arquitetônicas para que elas possam frequentar as instalações da instituição, acessando, permanecendo e concluindo os estudos. Mesmo diante de um único estudante com demanda por adaptações, são necessárias providências curriculares bem como ajustes para a acessibilidade física.

Não obstante, apesar de o enfermeiro ser o responsável por estimular o paciente sobre o seu verdadeiro papel no exercício do autocuidado, na sua participação no planejamento dos cuidados, considerando-o como indivíduo de direitos e capacidade criativa, favorecendo a participação do sujeito no processo de decisão na melhoria de cuidados para si e fortalecendo o vínculo entre ambos como uma troca de experiências (ALVES, T. de J. L.; PIRES, M. N. de A.; SERVO, M. L. S. 2013).

Diante desse fato, observa-se que a atuação do enfermeiro frente às pessoas com deficiência ainda é limitada, muitas vezes por despreparo e falta de educação permanente destes profissionais, esse despreparo muitas vezes estar relacionado o processo pedagógico da graduação. Dessa forma, poderia ser incluso na matriz curricular, estágio em instituições que prestam assistência às pessoas com deficiência, o que fortalece o poder de autonomia dos enfermeiros na tomada de decisão nas atividades cotidianas profissionais.

Verifica-se que existe a necessidade de qualificar e humanizar a assistência prestada pelos profissionais de enfermagem, de modo a favorecer o vínculo, predispondo a ampliação ou



aperfeiçoamento o processo de reabilitação, fato que exige competência técnica e científica, baseadas em atitudes éticas.

A assistência prestada de forma crítica e reflexiva tem como principal objetivo promover, proteger, recuperar e reabilitar à saúde das pessoas com deficiência, bem como da sua família. Concomitantemente, oferece suporte político-pedagógico para que a saúde possa está atuando de forma resolutiva com a aprendizagem do aluno conjuntamente com a equipe multiprofissional, dando suporte aos professores, favorecendo dessa forma uma mais educação inclusiva.

Conclusão

Frente ao exposto, essa pesquisa nos faz perceber que a educação inclusiva garante atender aos alunos sem distinção, oportunizando uma educação voltada a todos. Apesar dos grandes avanços nas legislações e programas educacionais e de saúde, ainda se vivenciam barreiras devido à complexidade que a questão apresenta.

Constatou que o processo de inclusão consiste em um desafio que está ligado a demanda de projetos e ações interdisciplinares e intersetorializadas, tendo em vista que é uma cadeia de cuidados e a troca de saberes entre os profissionais que atuam em cada segmento dessa cadeia, saúde e educação.

É perceptível que enfermeiro é o profissional que possui a formação generalista e tem como ponto primordial do seu processo de trabalho intervir em caráter interdisciplinar para promover, proteger, recuperar a saúde e prestar assistência de qualidade aos clientes. Entretanto, quando se refere a atuar na atenção às pessoas com deficiência ainda necessita se especializar, para tornar sua assistência mais resolutiva.

Além disso, constatou barreiras pedagógicas, diante do despreparo dos professores na formulação de adaptações no atendimento enfatizam em seu estudo, como também barreiras arquitetônicas, ressaltando a importância sobre as adaptações arquitetônicas para que elas possam frequentar as instalações da instituição, acessando, permanecendo e concluindo os estudos.

Diante disso, concluímos que a atuação do enfermeiro na atenção às pessoas com deficiência requer uma assistência holística, compete a esse profissional buscar sempre estar aperfeiçoando e aprimorando seus conhecimentos, competências e habilidades. De forma que conheça a vivência e limitações das pessoas com deficiência e do familiar na busca de estratégias de enfrentamento que possam auxiliar conjuntamente os educadores e a escola no desenvolvimento da educação inclusiva.





Referências

- ALVES, T. de J. L.; PIRES, M. N. de A.; SERVO, M. L. S. Um olhar sobre a atuação do enfermeiro na atenção às pessoas com deficiência: revisão integrativa. **Revista de enfermagem da Universidade Federal da Pernambuco**, Recife/PE, ed. esp. 7, p.4892-8, julho. 2013.
- BRASIL. Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. 2015. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192> Acesso em: 10 Julho 2016.
- BRASIL. Programa saúde na escola. 2007. Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/pse.php>> Acesso em: 10 Julho 2016.
- BRASIL. Política Nacional de Saúde Mental. 2011. Disponível em: < <http://pensesus.fiocruz.br/saude-mental>> Acesso em: 10 Julho 2016.
- BRASIL. Caderno de atenção básica: saúde na escola. Ministério da Saúde. Brasília/DF. 2009. Disponível em: < http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos_ab/abcdad24.pdf > Acesso em: 10 Julho 2016.
- CÁRNIO, M. S.; et. al. Escola em tempo de inclusão: ensino comum, educação especial e ação do Fonoaudiólogo. **Revista Distúrbio de Comunicação**, São Paulo/SP, v. 24, n. 2, p. 249-56, setembro. 2012.
- FARO, A. C. M.; GUSMAI L. de F. Educação Inclusiva em Enfermagem: análise das necessidades de estudantes. **Revista Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo/SP, v. 47, n. 1, p. 229-34. 2013.
- MARIUSSI, M. I.; GISI, M. L.; EYNG, A. M. A Escola como Espaço para Efetivação dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência. **Revista Brasileira Educação de Especial**. Marília/SP, v. 22, n. 3, p. 443-54, Julho/Setembro. 2016.
- SANCHES, A. C. G.; OLIVEIRA, M. A. F. de. Educação Inclusiva e Alunos com Transtorno Mental: Um Desafio Interdisciplinar. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/BR, v. 27, n. 4, p. 411-18, Outubro/Dezembro, 2011.
- SILVA, C. C. B. da; MOLEIRO, E. S. da S.; ROMAN, M. D. A Interface entre Saúde e Educação: percepções de educadores sobre educação inclusiva. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo/SP, v. 20, n. 1, p.109-15, Janeiro/Abril. 2016.
- SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R.; Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. São Paula/SP, v.8, n. 1, p. 102-6. 2010.

